



Matrizes energéticas e concessões na Amazônia:
entre os desafios e o futuro sustentável

50 Simpósio da
SOBER Norte

A RESILIÊNCIA DOS SABERES TRADICIONAIS FRENTE ÀS PRESSÕES MODERNAS: TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE EM COMUNIDADES COSTEIRAS DA AMAZÔNIA

THE RESILIENCE OF TRADITIONAL KNOWLEDGE IN THE FACE OF MODERN PRESSURES: TERRITORIALITY AND IDENTITY IN COASTAL COMMUNITIES OF THE AMAZON

Grupo de Trabalho (GT): 03. Comunidades tradicionais, comunidades costeiras, saberes locais e territorialidade na Amazônia.

Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e Gama –
Universidade Federal do Tocantins e Universidade Estadual do Tocantins, e-mail:

benavinto.gama@gmail.com.

*Nilton Marques de Oliveira*² – *Universidade Federal do Tocantins, e-mail:*

niltonmarques@uft.edu.br.

*Jessica Painkow Rosa Cavalcante*³ – *Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual do Tocantins, e-mail:* jessica.pr@unitins.br.

*Cristiane Bezerra Leite de Moraes*⁴ – *Secretaria da Cidadania e Justiça do Tocantins, e-mail:*

cristiane_oi@hotmail.com.

*Victor Santos Rodrigues*⁵ – *Universidade Federal do Tocantins, e-mail:*

vs8509889@gmail.com.

Resumo

Este artigo analisa a resiliência dos saberes tradicionais e os processos de reafirmação da territorialidade em comunidades costeiras da Amazônia, confrontados por pressões de projetos de desenvolvimento modernos. O estudo, de natureza qualitativa, baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental de políticas públicas e revisão de conteúdo de estudos de caso. O aporte teórico fundamenta-se nos conceitos de Ecologia Política, Territorialidade e Pós-Colonialismo. Os resultados indicam que, apesar das significativas pressões externas, as comunidades desenvolvem estratégias complexas de adaptação e resistência, onde o saber local sobre os ecossistemas é essencial na manutenção da identidade cultural e na defesa do território. Conclui-se que a valorização e integração desses saberes são fundamentais para a concepção de modelos de desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis na região amazônica, que respeitem a autonomia e os direitos dessas populações.

Palavras-chave: Saberes Tradicionais. Territorialidade. Comunidades Costeiras. Amazônia. Resiliência.

Abstract

This article analyzes the resilience of traditional knowledge and the processes of reaffirming territoriality in coastal communities in the Amazon, confronted by pressures from modern development projects. The qualitative study is based on a literature review, documentary analysis of public policies, and a content review of case studies. The theoretical framework is grounded in the concepts of Political Ecology, Territoriality, and Postcolonialism. The results indicate that, despite significant external pressures, communities develop complex strategies of adaptation and resistance, where local knowledge about ecosystems is essential for maintaining cultural identity and defending territory. It is concluded that the appreciation and integration of this knowledge is fundamental to the design of truly sustainable development models in the Amazon region, which respect the autonomy and rights of these populations.

Key words: Traditional Knowledge. Territoriality. Coastal Communities. Amazon. Resilience.



1. Introdução

A Amazônia, frequentemente retratada em escala global como um vasto repositório de biodiversidade, é também o lar de uma imensa diversidade sociocultural, materializada em inúmeras comunidades tradicionais e costeiras. As populações, ao longo de gerações, forjaram um complexo sistema de interação com seu ambiente, desenvolvendo saberes locais profundos sobre os ciclos ecológicos, a flora, a fauna e as dinâmicas dos ecossistemas terrestres e aquáticos. O conhecimento, transmitido oralmente e através da prática cotidiana, constitui a base de sua organização social, econômica e cultural, sendo indissociável do território que habitam e do qual dependem para sua reprodução física e cultural (Little, 2002; Almeida, 2004).

A territorialidade destas comunidades vai além da simples ocupação geográfica; é um constructo socioespacial dinâmico, permeado por significados culturais, relações de parentesco, histórias compartilhadas e um modo específico de usar e conceber os recursos naturais.

Conforme afirma Haesbaert (2004), o território é multifacetado, envolvendo não apenas a dimensão material, mas também simbólica e relacional. Para as comunidades costeiras amazônicas, como ribeirinhos, pescadores artesanais, marisqueiras, quilombolas e povos indígenas, o território é um espaço de vida, identidade e pertencimento, onde se exercem práticas tradicionais que garantem sua subsistência e continuidade cultural. Trata-se, portanto, de territórios tradicionalmente ocupados, nos quais a natureza e cultura se entrelaçam de forma inextricável, conformando modos de vida específicos e sustentáveis (Diegues, 2000).

No entanto, este modo de vida historicamente estabelecido tem enfrentado pressões crescentes e multifacetadas nas últimas décadas. O avanço de grandes projetos de infraestrutura, como portos, hidrelétricas e complexos logísticos, a expansão de atividades extrativistas (mineração, agronegócio, madeireiras) e os conflitos fundiários representam ameaças diretas à integridade física, cultural e simbólica desses territórios (Becker, 2004). As pressões, muitas vezes legitimadas por um discurso desenvolvimentista hegemônico, tendem a desconsiderar os saberes locais e os direitos territoriais das comunidades, impondo uma lógica externa de exploração dos recursos que fragmenta e compromete a base socioecológica dessas populações (Acsegrad, 2004). O processo gera a desterritorialização, a perda do controle e do vínculo com o espaço vital, acarretando a erosão de saberes, o desmantelamento de práticas coletivas e a vulnerabilização dos meios de vida tradicionais.

É neste cenário de conflitos e transformações aceleradas que se coloca em evidência a capacidade de resiliência sociocultural e ecológica das comunidades tradicionais. A resiliência, neste contexto, não significa uma mera resistência passiva ou uma adaptação submissa, mas sim a capacidade ativa de um sistema social, mantendo sua identidade essencial, de se reorganizar, aprender e adaptar-se face a mudanças e perturbações externas (Berkes; Folke, 1998; Holling, 2001). Neste processo dinâmico, os saberes tradicionais emergem não como relíquias estáticas do passado, mas como ferramentas dinâmicas e criativas de leitura do mundo e de ação sobre ele, fundamentais para a construção de estratégias de enfrentamento, negociação e reexistência (Santos, 2006; Almeida, 2004).

Neste sentido, o problema de pesquisa que este artigo se propõe a investigar é: De que maneira os saberes locais e as práticas tradicionais (sociobiodiversidade, manejo adaptativo, sistemas agrícolas tradicionais, cosmologias) contribuem para a construção da resiliência socioecológica e para a reafirmação da territorialidade de comunidades costeiras na Amazônia, em um contexto de intensas pressões modernizantes e de disputa por territórios?

Parte-se da premissa de que a compreensão destes processos é elementar para se pensar alternativas de desenvolvimento que não reproduzam a lógica colonial de supressão de outras formas de saber e de existência, mas que, pelo contrário, as reconheçam e dialoguem com elas,



promovendo a justiça cognitiva e ambiental. Objetiva-se, portanto, analisar como os sistemas de conhecimento tradicionais operam como alicerces para a manutenção da autonomia, da coesão social e da gestão sustentável dos recursos comuns, mesmo em meio a profundas transformações.

A discussão aqui apresentada estrutura-se a partir de uma revisão bibliográfica e de análise documental, buscando sintetizar e analisar contribuições teóricas e estudos de caso empíricos relevantes sobre a temática. O texto está organizado da seguinte forma: além desta introdução, o segundo tópico detalha a metodologia empregada no estudo; o terceiro discute o aporte teórico que fundamenta a análise, articulando os conceitos de território, saberes tradicionais e resiliência socioecológica; o quarto apresenta e debate os principais resultados e mecanismos identificados na literatura através dos quais os saberes fortalecem a resiliência territorial; e, por fim, as considerações finais sintetizam as reflexões e apontam implicações para políticas públicas e agendas de pesquisa futuras.

2. Metodologia

O estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, ancorada em uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental. O objetivo central foi mapear, sintetizar e analisar criticamente a produção acadêmica e documental relevante sobre saberes tradicionais, resiliência e territorialidade de comunidades costeiras na Amazônia, atualizando e sistematizando o conhecimento produzido sobre a temática.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e análise de obras científicas de diferentes naturezas, incluindo artigos, livros, capítulos e teses, publicados principalmente entre os anos 2000 e 2023, em português, inglês e espanhol. A busca foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, com destaque para SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Scopus. Para tanto, foram utilizadas combinações de descritores em português, inglês e espanhol, tais como “saberes tradicionais”, “conhecimento tradicional”, “territorialidade”, “comunidades costeiras”, “resiliência” e “conflitos socioambientais”, entre outros.

Os estudos levantados foram organizados e analisados a partir de sua relevância temática e de sua contribuição para a compreensão da resiliência socioecológica e da reafirmação da territorialidade de comunidades costeiras amazônicas. O material foi sistematizado em quadros e categorias que possibilitaram identificar tendências, consensos e lacunas no debate acadêmico, configurando um panorama atualizado sobre o estado do conhecimento.

Igualmente, foi realizada uma análise documental, que contemplou documentos oficiais, planos de desenvolvimento regional (como os Planos Amazônia Sustentável), relatórios de impacto ambiental (RIMAs) de grandes empreendimentos na região e marcos legais pertinentes, a exemplo da Constituição Federal de 1988 e da Convenção 169 da OIT. A dimensão documental possibilitou compreender as pressões políticas, econômicas e jurídicas incidentes sobre os territórios tradicionais, fornecendo o pano de fundo contra o qual se desdobram as estratégias comunitárias.

A análise dos dados, tanto bibliográficos quanto documentais, valeu-se da Análise de Conteúdo temática, conforme Bardin (2011). O processo compreendeu a leitura e organização do material, a identificação de unidades de registro e contextos, a codificação e agregação em categorias temáticas, e, por fim, a interpretação crítica dos resultados.



O aporte teórico que sustenta a investigação estrutura-se em três pilares. O primeiro é a Ecologia Política (Acseirad, 2004; Zhouiri, 2010), que permite compreender os conflitos em torno dos recursos naturais e os impactos desiguais do modelo desenvolvimentista. O segundo são as Teorias da Territorialidade (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004), que fornecem ferramenta para analisar a multidimensionalidade do território e os processos de des/reterritorialização. O terceiro compreende os Estudos Pós-Coloniais e a Ecologia de Saberes (Quijano, 2005; Santos, 2006), que valorizam epistemologias não-hegemônicas e interpretam os saberes locais como sistemas dinâmicos de conhecimento e ação.

A articulação entre essas perspectivas teóricas e a Análise de Conteúdo permitiu construir uma leitura crítica e multidimensional do material, na qual os conceitos dialogam constantemente com os dados empíricos. Dessa forma, a metodologia aqui delineada possibilita não apenas o mapeamento bibliográfico, mas também uma interpretação contextualizada de como as comunidades costeiras amazônicas mobilizam seus saberes para fortalecer a resiliência diante de transformações profundas.

3. Saberes Tradicionais, Resiliência Socioecológica e Territorialidade em Comunidades Costeiras Amazônicas

A discussão sobre saberes tradicionais, resiliência socioecológica e territorialidade em comunidades costeiras amazônicas tem se consolidado como campo de investigação interdisciplinar nas últimas décadas, ganhando relevância tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Os debates contemporâneos apontam para a necessidade de compreender os processos de construção do conhecimento, de reprodução social e de resistência das populações tradicionais em face das pressões políticas, econômicas e ambientais que incidem sobre seus territórios. Trabalhos recentes, como os de Brondizio e Moran (2012), Zimmerer (2015) e Toledo e Barrera-Bassols (2009), atualizam o estado da arte ao enfatizar que os saberes locais constituem sistemas complexos de gestão ambiental, desafiando visões reducionistas que ainda os tratam como resquícios de um passado a ser superado. No contexto amazônico, a valorização das epistemologias tradicionais encontra ressonância em estudos de Almeida (2018), Castro (2005) e Little (2020), que destacam a centralidade desses conhecimentos para a manutenção da biodiversidade e para a resiliência de ecossistemas costeiros.

O debate sobre saberes tradicionais conecta-se diretamente à perspectiva da Ecologia de Saberes, formulada por Boaventura de Sousa Santos (2006), que busca superar a hierarquia epistemológica entre o conhecimento científico ocidental e os saberes locais. A abordagem sugere a constituição de um diálogo horizontal, no qual cada sistema de conhecimento é reconhecido em sua validade e potencialidade, especialmente no enfrentamento de problemas socioambientais globais.

No mesmo sentido, Quijano (2005), a partir da teoria da colonialidade do poder, contribui para a desnaturalização das formas históricas de dominação e marginalização das populações tradicionais, apontando que a imposição de epistemologias hegemônicas sempre esteve vinculada a processos de exploração territorial.

A resiliência socioecológica, conceito desenvolvido inicialmente na ecologia por Holling (1973), foi posteriormente expandida para abarcar dimensões sociais, culturais e políticas, especialmente a partir de trabalhos do Stockholm Resilience Centre, com autores como Folke (2006) e Berkes (2008). A resiliência, nesse sentido, não é apenas a capacidade de retornar a um estado anterior após um choque, mas a habilidade de adaptação, transformação e inovação em contextos de mudança constante.



No caso das comunidades costeiras amazônicas, a resiliência socioecológica envolve estratégias de manejo de recursos, práticas de pesca artesanal, rituais simbólicos de relação com a natureza e processos coletivos de resistência frente a grandes empreendimentos, como portos, hidrelétricas e projetos de mineração.

A territorialidade, por sua vez, constitui um eixo fundamental para a análise. A tradição clássica de Raffestin (1993) e a releitura contemporânea de Haesbaert (2004; 2011) permitem compreender o território não apenas como base física, mas como construção multidimensional que articula dimensões materiais, simbólicas e relacionais. Haesbaert, em especial, introduz a noção de multiterritorialidade, que se mostra útil para compreender as sobreposições de usos e sentidos do espaço amazônico, onde territórios tradicionais convivem em constante tensão com territórios econômicos, jurídicos e políticos.

A abordagem conecta-se a autores como Porto-Gonçalves (2006), que entende o território como espaço de disputa entre projetos de vida e modelos de desenvolvimento antagônicos, sobretudo em regiões onde o avanço da fronteira agrícola, a exploração mineral e as pressões globais pelo uso da biodiversidade se fazem intensas.

A Ecologia Política, consolidada no Brasil por autores como Acselrad (2004) e Zhouri (2010), amplia essa discussão ao oferecer ferramentas analíticas para compreender os conflitos socioambientais como expressão de desigualdades históricas e de disputas em torno de recursos estratégicos. A perspectiva rompe com visões naturalistas dos problemas ambientais, situando-os como fenômenos intrinsecamente sociais e políticos.

Estudos recentes, como os de Torres (2019) e Brondizio et al. (2021), têm explorado como as populações tradicionais amazônicas reagem às chamadas “pressões modernizantes”, reafirmando seus territórios e criando mecanismos de governança comunitária que dialogam, tensionam e muitas vezes resistem às políticas estatais e empresariais.

No âmbito jurídico e institucional, o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais das populações tradicionais encontra respaldo em marcos normativos nacionais e internacionais. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao consagrar os direitos das comunidades tradicionais e indígenas, estabelece fundamentos para a proteção de seus territórios. Em nível global, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) fortalece a noção de consulta prévia, livre e informada, ampliando a capacidade de participação dessas comunidades em processos decisórios que afetam diretamente seus modos de vida. Retratados instrumentos jurídicos têm sido mobilizados em diferentes disputas, configurando um campo de intersecção entre as lutas sociais e a normatividade estatal.

Um aspecto central do aporte teórico reside na necessidade de articular as dimensões ecológicas, culturais, políticas e jurídicas em um mesmo quadro analítico. A integração, defendida por Berkes e Folke (2000) e atualizada em trabalhos mais recentes de Ostrom (2009), propõe o conceito de sistemas socioecológicos, capazes de unir elementos materiais e imateriais da vida comunitária. No caso amazônico, essa perspectiva é essencial para compreender como o manejo de recursos naturais, as práticas de solidariedade comunitária e os processos de territorialização se articulam diante das ameaças impostas pelo modelo desenvolvimentista hegemônico.

O aporte teórico também dialoga com os Estudos Pós-Coloniais e decoloniais, que atualizam a crítica às formas de exclusão e invisibilização dos saberes locais. Autores como Mignolo (2008) e Walsh (2010) apontam para a urgência de práticas epistemológicas insurgentes, capazes de reconhecer os povos amazônicos não apenas como “objetos de estudo”, mas como sujeitos epistêmicos ativos na produção de alternativas de vida. Os debates convergem com a noção de *bem viver* (sumak kawsay), amplamente discutida na América



Latina, e que tem sido explorada por autores como Gudynas (2011), oferecendo horizontes de desenvolvimento distintos da lógica capitalista predatória.

A atualização do estado da arte revela, portanto, um movimento de crescente valorização dos saberes locais como elementos fundamentais para a resiliência socioecológica e para a reafirmação da territorialidade. Ao mesmo tempo, evidencia-se que os desafios impostos às comunidades costeiras amazônicas não podem ser compreendidos apenas em chave ecológica ou cultural, mas exigem uma abordagem interdisciplinar que considere a interseção entre ecologia política, territorialidade, epistemologias críticas e normatividade jurídica.

Dessa forma, aqui, observou-se uma base para compreender os processos de resistência e inovação das comunidades tradicionais amazônicas. Ele articula referenciais clássicos e contemporâneos, atualizando o debate acadêmico e informando a centralidade dos saberes tradicionais na construção de alternativas de futuro em um contexto de transformações socioambientais profundas.

A aplicação da análise de discurso inspirada em Bardin (2011), no contexto da pesquisa sobre saberes tradicionais, resiliência socioecológica e territorialidade de comunidades costeiras amazônicas, exige a construção de um percurso metodológico que una rigor e flexibilidade interpretativa.

Para Bardin, a análise de conteúdo opera como um conjunto de técnicas de investigação que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam inferências sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens. Ao transpor essa lógica para o campo da análise de discurso, compreende-se que os registros discursivos, relatórios técnicos, legislações, depoimentos comunitários, narrativas midiáticas e estudos acadêmicos, não apenas descrevem a realidade, mas também a produzem e disputam seus significados.

O primeiro movimento de análise, equivalente à pré-análise indicada por Bardin, consiste em reconhecer que os discursos sobre a Amazônia e seus povos são produzidos em arenas assimétricas de poder. Os documentos oficiais, como os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) de grandes hidrelétricas (ex.: Belo Monte, Madeira) analisados por Zhouri e Oliveira (2010), mobilizam uma retórica de progresso, modernização e racionalização econômica. O discurso legitima a apropriação de territórios, invisibilizando os saberes locais e reduzindo-os a obstáculos a serem superados. Por outro lado, as narrativas das comunidades tradicionais, registradas em etnografias como as de Little (2002) e Almeida (2018), articulam valores de pertencimento, espiritualidade e interdependência entre sociedade e natureza. A tensão entre esses discursos configura um campo privilegiado de análise, pois informa a disputa não apenas por terras e recursos, mas também pela autoridade epistêmica sobre o que conta como conhecimento válido na Amazônia.

No segundo movimento, correspondente à exploração do material, a análise de discurso evidencia os recursos linguísticos, as categorias e os símbolos mobilizados nos diferentes registros. Nos planos de desenvolvimento regional, como o *Plano Amazônia Sustentável* (2008), prevalece uma semântica tecnocrática, centrada em termos como “aproveitamento sustentável”, “eficiência produtiva” e “desenvolvimento integrado”. A retórica confere uma aparência de neutralidade técnica a projetos de grande impacto, mascarando conflitos socioambientais e deslegitimando a resistência comunitária. Já nos discursos das comunidades tradicionais, emergem categorias como “território de vida”, “respeito aos ciclos da natureza” e “direito ancestral”, presentes em relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2022) e do Instituto Socioambiental (ISA, 2020), que reiteram a centralidade da dimensão simbólica e relacional na construção territorial. A polaridade revela o que Bardin denomina “unidades de



registro”, que permitem codificar e categorizar os discursos em torno de campos de sentido divergentes.

No terceiro movimento, de tratamento e interpretação dos resultados, observa-se que os discursos institucionais tendem a operar pela fragmentação e pela abstração, tratando a Amazônia como espaço vazio ou como mero repositório de recursos. A estratégia discursiva conecta-se ao que Quijano (2005) chamou de colonialidade do poder, uma lógica que perpetua a hierarquização dos saberes e a subordinação das populações locais. Em contrapartida, os discursos comunitários operam pela totalidade, articulando passado e presente, materialidade e espiritualidade, práticas econômicas e vínculos afetivos. O aspecto é entonado, por exemplo, nos Relatórios de Violência contra Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2022), que denunciam como a negação da territorialidade tradicional compromete não apenas a sobrevivência física, mas também a reprodução cultural das comunidades. Nesse ponto, a análise traduz a presença do que Santos (2006) denomina “ecologia de saberes”, ou seja, a afirmação de epistemologias não-hegemônicas como forma de resistência e reexistência.

Assim, a análise de discurso de Bardin permite compreender que, mais do que simples divergência retórica, há em jogo diferentes regimes de verdade. Os discursos oficiais e empresariais tendem a produzir uma “gramática da modernização” que naturaliza a exploração, enquanto os discursos tradicionais elaboram uma “gramática da vida” que legitima o território como espaço de pertencimento e reprodução sociocultural. A contraposição não é meramente simbólica, mas opera efeitos concretos na formulação de políticas públicas, na interpretação jurídica dos direitos territoriais e na definição dos rumos do desenvolvimento regional.

A contribuição dessa abordagem reside, portanto, em revelar as dimensões latentes dos discursos, destacando que a disputa pela Amazônia é também uma disputa semântica e cognitiva. A análise de discurso, ao se articular com a ecologia política, a teoria da territorialidade e os estudos decoloniais, amplia a capacidade crítica da pesquisa, confirmando como os enunciados que circulam sobre a Amazônia moldam práticas sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, compreender os discursos não é apenas interpretar o dito, mas desvelar as estratégias de poder que sustentam e reproduzem as desigualdades socioambientais.

4. Resultados e Discussões

A análise do material bibliográfico e documental indica que os saberes tradicionais das comunidades costeiras amazônicas não constituem apenas repertórios de conhecimento local, mas sistemas complexos que articulam dimensões sociais, culturais e ecológicas, fortalecendo a resiliência socioecológica diante de pressões modernizantes. A partir da aplicação da Análise de Conteúdo temática de Bardin (2011), emergem três movimentos interpretativos centrais: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados, cada um revelando aspectos distintos da dinâmica discursiva que modela a territorialidade e os regimes de verdade sobre a Amazônia.

No primeiro movimento, a pré-análise telou que os discursos institucionais, como os relatórios de impacto ambiental de grandes hidrelétricas (ex.: Belo Monte, Madeira), mobilizam uma retórica de progresso, modernização e racionalização econômica (Zhou; Oliveira, 2012). A retórica legitima a apropriação de territórios, invisibilizando saberes locais e reduzindo práticas tradicionais a obstáculos a serem superados. Em contraste, as narrativas comunitárias, documentadas em etnografias (Little, 2002; Almeida, 2018), articulam valores de pertencimento, interdependência ecológica e espiritualidade, conformando formas de conhecimento que sustentam a organização social, a gestão de recursos e a coesão comunitária.

O segundo movimento, correspondente à exploração do material, permitiu identificar as unidades de registro e as categorias discursivas presentes nos diferentes registros analisados.

Nos planos de desenvolvimento regional, como o Plano Amazônia Sustentável (2008), predomina uma semântica tecnocrática, centrada em termos como “aproveitamento sustentável” e “eficiência produtiva”, conferindo uma aparência de neutralidade técnica que mascara conflitos socioambientais e deslegitima resistências comunitárias. De outro lado, os discursos das comunidades tradicionais enfatizam conceitos como “território de vida”, “respeito aos ciclos da natureza” e “direito ancestral”, reiterando a dimensão simbólica e relacional da territorialidade (CPT, 2022; ISA, 2020). A polaridade informa a disputa cognitiva e semântica que atravessa a ocupação e gestão do território amazônico.

No terceiro movimento, de tratamento e interpretação dos resultados, observou-se que a fragmentação e abstração do discurso institucional produzem a percepção da Amazônia como espaço vazio, repositório de recursos, ou palco de projetos de desenvolvimento econômico. O processo se relaciona com a colonialidade do poder (Quijano, 2005), reproduzindo hierarquias de saberes e subordinação das populações locais. Em contraste, os discursos comunitários operam pela totalidade, articulando passado e presente, materialidade e espiritualidade, práticas econômicas e vínculos afetivos, conformando uma ecologia de saberes (Santos, 2006) que reafirma a autonomia e a resistência territorial.

Os resultados indicam que os saberes tradicionais são catalisadores de resiliência socioecológica. As práticas de manejo adaptativo, o conhecimento sobre ciclos ecológicos e os sistemas agrícolas locais funcionam como mecanismos de mitigação de riscos e de manutenção da biodiversidade, configurando estratégias de enfrentamento que transcendem a simples sobrevivência. Além disso, a territorialidade emerge como dimensão central da resiliência: os territórios tradicionais são simultaneamente espaços de vida, identidade e governança, onde saberes, normas sociais e práticas culturais se interrelacionam.

A análise traz à tona, ainda, que a disputa discursiva possui implicações concretas para políticas públicas e marcos normativos. A legitimação de regimes de verdade institucionais tende a favorecer interesses econômicos em detrimento da sustentabilidade cultural e ecológica. Já os discursos comunitários, ao serem reconhecidos e incorporados, podem orientar processos decisórios mais justos, respeitando direitos territoriais e promovendo justiça cognitiva (Berkes; Folke, 1998; Holling, 2001; Almeida, 2004).

Em síntese, os resultados reforçam a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e decolonial, capaz de integrar ecologia política, territorialidade, epistemologias críticas e normatividade jurídica. A análise demonstra que compreender os discursos e saberes locais não é apenas exercício interpretativo, mas ferramenta estratégica para apoiar a resiliência socioecológica, a governança comunitária e a sustentabilidade dos territórios costeiros amazônicos frente às pressões contemporâneas.

A partir da aplicação da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), foi possível organizar os registros discursivos coletados em categorias temáticas que permitem sistematizar as interpretações e identificar padrões nos discursos das comunidades tradicionais e dos documentos institucionais. As categorias foram definidas a partir das unidades de registro identificadas, buscando abarcar dimensões centrais da resiliência socioecológica, da territorialidade e da disputa por saberes na Amazônia. A estrutura abaixo sintetiza os principais eixos da análise:

Tabela 1. Categorias temáticas da Análise de Conteúdo sobre saberes tradicionais, territorialidade e resiliência socioecológica em comunidades costeiras amazônicas

Categoria	Descrição	Exemplos de Registros
-----------	-----------	-----------------------

Saberes Tradicionais	Conhecimentos locais sobre ecossistemas, práticas agrícolas, pesca artesanal e manejo adaptativo.	Relatos comunitários, etnografias, estudos acadêmicos (Little, 2002; Almeida, 2018).
Territorialidade	Relação das comunidades com o espaço geográfico, significados culturais e sociais do território.	Relatórios CPT (2022), documentos legais, narrativas sobre direitos ancestrais.
Resiliência Socioecológica	Capacidade de adaptação, reorganização e manutenção das práticas diante de mudanças e pressões externas.	Estudos de Berkes e Folke (1998), planos de manejo comunitário, relatos de estratégias coletivas.
Discurso Institucional	Enunciados oficiais, planos de desenvolvimento, RIMAs, políticas públicas que refletem interesses econômicos.	Planos Amazônia Sustentável (2008), RIMAs de hidrelétricas, relatórios governamentais.
Conflito Socioambiental	Tensões entre interesses das comunidades e de agentes externos, exploração de recursos e desterritorialização.	Artigos de Zhouiri e Oliveira (2012), relatórios de impacto ambiental, processos legais e administrativos.
Ecologia de Saberes	Reconhecimento e valorização de múltiplos sistemas de conhecimento, promovendo diálogo horizontal.	Teorias de Santos (2006), estudos de práticas de manejo comunitário, iniciativas de governança local.
Gramática da Vida vs. Modernização	Contraposição entre discursos que legitimam a vida e preservação do território e aqueles que promovem exploração econômica.	Relatos comunitários, documentos institucionais, análises de políticas públicas.

Fonte: Autores (2025).

A construção dessas categorias possibilitou mapear a diversidade de perspectivas presentes nos registros coletados, permitindo identificar não apenas os conteúdos explícitos, mas também os sentidos subjacentes aos discursos. A tabela funciona como um instrumento de síntese analítica, orientando a interpretação crítica sobre como os saberes tradicionais, a territorialidade e a resiliência socioecológica se articulam frente às pressões econômicas, políticas e sociais. Em última instância, a categorização contribui para compreender a complexidade das relações entre comunidades costeiras amazônicas e os agentes externos, demonstrando a centralidade dos saberes locais na defesa da autonomia, da coesão social e da sustentabilidade territorial.

3. Consideração final

A análise empreendida neste estudo permite concluir que os saberes tradicionais das comunidades costeiras amazônicas constituem elementos centrais para a construção da resiliência socioecológica e para a reafirmação da territorialidade em contextos de intensas pressões socioambientais e modernizantes. Ao longo das décadas, essas populações desenvolveram formas sofisticadas de interação com seus territórios, articulando práticas econômicas, rituais simbólicos, normas sociais e conhecimentos ecológicos. Os saberes não apenas garantem a manutenção da biodiversidade local, mas também sustentam modos de vida, identidades culturais e processos de governança comunitária, revelando a inseparabilidade entre natureza e cultura.

O estudo demonstrou que a territorialidade, compreendida como um constructo multidimensional e relacional, constitui eixo estratégico de resistência e de produção de conhecimento. A análise dos discursos institucionais e comunitários indicou que, embora os projetos de desenvolvimento hegemônicos tendam a fragmentar e abstrair o espaço amazônico, a mobilização dos saberes locais fortalece a capacidade das comunidades de contestar essas narrativas e reivindicar seus direitos territoriais. Assim, a territorialidade tradicional surge como



espaço de agência, de negociação e de exercício da autonomia, funcionando como catalisador de estratégias de adaptação e inovação frente às ameaças externas.

A aplicação da Análise de Conteúdo e do enfoque de Bardin (2011) mostrou-se fundamental para revelar as dimensões latentes dos discursos que circulam sobre a Amazônia. Identificou-se que a disputa semântica entre discursos oficiais, empresariais e comunitários não é meramente simbólica, mas produz efeitos concretos na formulação de políticas públicas, na interpretação jurídica dos direitos territoriais e na gestão de recursos naturais. A contradição entre a “gramática da modernização” e a “gramática da vida” reflete tensões epistemológicas que atravessam o espaço amazônico, sublinhando a importância de reconhecer múltiplas formas de conhecimento para a construção de soluções socioambientais equitativas e sustentáveis.

Outro ponto relevante diz respeito à ecologia de saberes, proposta por Santos (2006), que se confirma como referencial teórico essencial para pensar alternativas à lógica colonial e hegemônica que historicamente marginalizou os saberes tradicionais. A valorização dessas epistemologias permite não apenas a resistência cultural, mas também a criação de práticas inovadoras de manejo territorial e conservação ambiental, articulando conhecimento científico e saberes locais em estratégias complementares e sinérgicas. Nesse sentido, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas que incorporem essas perspectivas, promovendo justiça ambiental, cognitiva e territorial.

Além disso, a pesquisa demonstrou que a resiliência socioecológica das comunidades costeiras amazônicas não é estática, mas dinâmica, processual e relacional. Ela envolve a capacidade de adaptação a choques e mudanças, a aprendizagem coletiva e a reorganização contínua das práticas tradicionais. Os saberes locais, ao serem mobilizados ativamente, permitem que as comunidades preservem sua identidade, sustentem suas redes sociais e assegurem a continuidade de modos de vida alinhados com os limites e ciclos naturais do território. A interdependência entre conhecimento tradicional e território reforça, portanto, que a conservação ambiental e a sustentabilidade social devem ser pensadas de forma integrada, reconhecendo o protagonismo das populações locais.

Em síntese, o presente estudo indica que a Amazônia não é apenas um espaço ecológico ou econômico, mas um território socialmente construído, atravessado por relações de poder, saberes e práticas culturais. A resiliência das comunidades costeiras amazônicas emerge da articulação entre conhecimento, território e ação coletiva, oferecendo pistas valiosas para o desenvolvimento de estratégias de conservação, governança e políticas públicas que respeitem a diversidade sociocultural e ecológica da região frente às pressões contemporâneas.

Por fim, a pesquisa reforça a urgência de fortalecer o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, reconhecendo a pluralidade epistemológica como instrumento de justiça social e ambiental. A valorização dos saberes tradicionais e a defesa da territorialidade comunitária constituem passos fundamentais para a construção de uma Amazônia mais equitativa, sustentável e resiliente. Ademais, os resultados apontam caminhos promissores para futuras pesquisas, que poderão aprofundar a análise das estratégias de resiliência socioecológica, examinar de maneira mais detalhada as interações entre políticas públicas e práticas comunitárias, e explorar novas abordagens metodológicas que integrem saberes locais e científicos, ampliando assim o conhecimento sobre processos de adaptação, resistência e inovação em territórios tradicionalmente ocupados.

4. Referências

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.





HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v. 4, n. 1, p. 1–23, 1973. <https://doi.org/10.1146/annurev.es.04.110173.000245>. Acesso em: 20 set. 2025.

HOLLING, C. S. Understanding the Complexity of Economic, Ecological, and Social Systems. **Ecosystems**, v. 4, n. 5, p. 390–405, 2001. <https://doi.org/10.1007/s10021-001-0101-5>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos Tradicionais e Biodiversidade**. São Paulo: ISA, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 20 set. 2025.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, n. 322, 2002.

LITTLE, Paul E. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2020.

MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. In: MIGNOLO, W. D. **The idea of Latin America**. Malden: Blackwell Publishing, 2008. p. 155–192.

OSTROM, Elinor. **A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems**. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 2009. <https://doi.org/10.1126/science.1172133>. Acesso em: 20 set. 2025.

PETTICREW, Mark; ROBERTS, Helen. **Systematic reviews in the social sciences: a practical guide**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS). **Diretrizes para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgleclfindmkaj/https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/biblioteca/PAS-Presidencia-Republica.pdf>. Acesso em 20 de set. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.



SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul: a reinvenção do conhecimento e da emancipação social**. São Paulo: Cortez, 2006.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TORRES, Maurício. **Terra e poder na Amazônia: uma história de violência**. São Paulo: Elefante, 2019.

WALSH, Catherine. **Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements**. *Development*, v. 53, n. 1, p. 15–21, 2010. <https://doi.org/10.1057/dev.2009.93>. Acesso em 20 de set. 2025.

ZIMMERER, Karl S. Environmental governance through “Speaking Like an Indigenous State” and respatializing resources: Ethical livelihood concepts in Bolivia as versatility or verisimilitude? *Geoforum*, v. 64, p. 314–324, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.09.005>. Acesso em: 20 set. 2025.

ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Development and environmental conflicts in Brazil: Challenges for anthropology and anthropologists. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 9, n. 1, p. 371-391, 2012.